

- [Séries Históricas](#)
 - [Carga tributária](#)
 - [Despesas primárias](#)
 - [Investimentos públicos](#)
 - [Resultado primário recorrente](#)
 - [Resultado primário estrutural](#)
 - [Fundos públicos: FGTS e FAT](#)
 - [BNDES](#)
 - [Dívidas públicas](#)
 - [Orçamento](#)
 - [Outros](#)
- [Federalismo Fiscal](#)
 - [Endividamento dos Estados](#)
 - [Histórico de renegociação de dívida](#)
 - [Garantias nas operações de crédito](#)
- [Reformas](#)
 - [Tributação](#)
 - [Previdência](#)
 - [Orçamento](#)
 - [Administrativa](#)
- [Política Econômica](#)
 - [Pesquisa acadêmica](#)
 - [Livros](#)
 - [Outros](#)
- [Sobre](#)



Concentração de renda no Brasil: um olhar regionalizado com base nos dados do IRPF até 2023 (II)

Concentração de renda no Brasil: um olhar regionalizado com base nos dados do IRPF até 2023 (II)

11/12/2025

- [Frederico Nascimento Dutra](#)
- [Priscila Kaiser Monteiro](#)
- [Sérgio Wulff Gobetti](#)

Introdução

Esta nota técnica tem por objetivo complementar a análise sobre o recente aumento da concentração de renda verificado no período pós-pandemia no Brasil, em que o 1% mais rico ampliou sua participação de 20,4% para 24,3% do bolo entre 2017 e 2023, conforme revelado em outra nota técnica publicada neste Observatório. Da dimensão nacional, passamos desta feita a investigar as diferenças de nível e evolução do nível de concentração de renda entre as regiões e os estados do Brasil.

Para tal objetivo, realizou-se um trabalho inédito de estimação da parcela de renda apropriada pelo 1% mais rico em cada unidade da Federação, com base nos dados do IRPF, bem como da renda disponível das famílias de cada estado, estimada por meio de uma proxy construída com dados das Contas Nacionais do IBGE e da matriz de benefícios sociais e salários regionalizados da União, dos estados e dos municípios.

Com base nesse trabalho, verificamos que o nível e a evolução da concentração de renda variam significativamente no território nacional, tendendo a ser mais acentuados em estados mais ricos ou com maior presença do agronegócio. Em Mato Grosso, por exemplo, segundo nossas estimativas, a parcela de renda apropriada pelo 1% mais rico cresceu de 20,3% para 30,5% entre 2017 e 2023 — ou seja, um aumento de 10 pontos percentuais. Em São Paulo, a concentração de renda do 1% mais rico também cresceu acima da média nacional, passando de 22,9% para 27,1% no período — um acréscimo de 4,2 pontos percentuais.

Base de dados e metodologia

Para estimar a concentração de renda no topo da pirâmide, como mostramos na nota técnica anterior publicada neste Observatório, partimos da base de dados das declarações do IRPF disponibilizada pela Receita Federal, na qual os declarantes são ordenados por sua renda total e, em seguida, divididos em percentis para detalhamento de seus diversos componentes de renda.

Para o período mais recente, desde 2017, essa base também é desagregada por unidade da Federação, o que nos permite calcular a renda dos estratos mais altos por unidade federada e com elevada precisão. A título de exemplo, em estados com menor número de declarantes, como Acre e Amapá, a desagregação (por centésimos e até décimos de milésimo) permite dimensionar com precisão a renda das 10 pessoas mais ricas de cada estado.

Além da renda total de cada percentil de declarantes por unidade da Federação, a base de dados da Receita Federal também informa o valor máximo de renda individual em cada estrato. Assim, além da renda média por estrato, é possível identificar com precisão os valores de “entrada” e “saída” de cada centésimo.

Como não há correspondência exata entre números inteiros de centésimos de declarantes e a população adulta, é preciso adotar métodos estatísticos para estimar a proporção de renda concentrada por uma determinada fração de centésimos de declarantes, de modo a chegar exatamente à renda do 1% ou 0,1% mais ricos da população do país e de cada estado.

Assim, dois métodos alternativos foram adotados para fracionar os percentis de declarantes do IRPF e obter o somatório exato de renda dos estratos mais altos: (1) um cálculo manual, com base na curva de distribuição entre os 10% mais ricos do universo de declarantes; e (2) um método de interpolação estatística (spline monótona) com base nos limites máximos de renda de cada percentil, complementado por um procedimento de otimização para ajustar as estimativas às rendas totais de cada percentil.

Adicionalmente, para a mensuração do nível de concentração no topo, foi necessário estimar a renda disponível das famílias por unidade da Federação, o que o IBGE não faz atualmente. Para suprir essa lacuna, desenvolvemos uma proxy baseada na distribuição estadual de quatro grandes agregados da renda: salários (Contas Regionais do IBGE); benefícios sociais e assistenciais (bases do governo federal); aposentadorias de servidores públicos (demonstrativos contábeis da União, dos estados e dos municípios); e rendas de capital (dados das declarações do IRPF).

Com base na participação relativa de cada unidade da Federação nesse agregado de rendas (ver anexo), que perfaz a quase totalidade de rendimentos recebidos pelas pessoas e contabilizado pelo IBGE, proporcionalizamos a renda disponível das famílias entre os estados. E o resultado dessa renda disponível estadualizada serve de denominador para avaliarmos o nível de concentração pelo 1% ou 0,1% mais rico de cada unidade federada.

Resultados

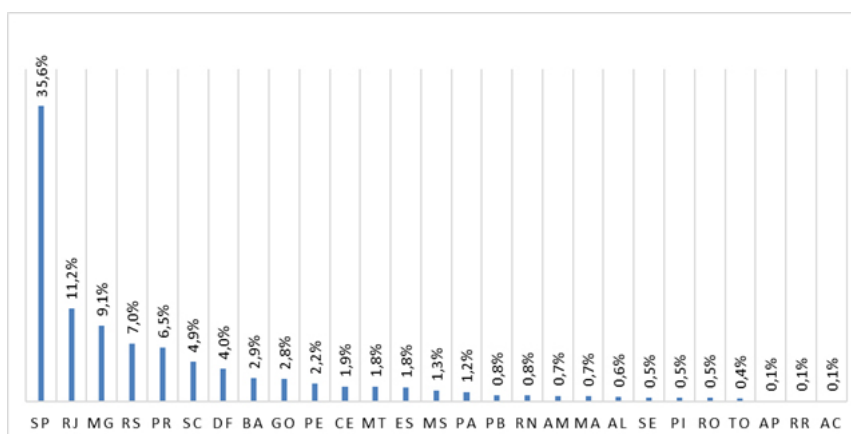
Para avaliar a dimensão regional/estadual da concentração de renda entre 2017 e 2023, com base nos dados do IRPF, utilizamos duas estratégias complementares:

- (1) verificar como se distribuem, no território nacional, as pessoas que integram o 1% e o 0,1% mais ricos do país;
- (2) mensurar a parcela de renda apropriada pelo 1% mais rico em cada unidade da Federação e avaliar sua evolução entre 2017 e 2023.

Para a primeira análise, adotamos o método de interpolação mencionado anteriormente, o qual nos permite estimar, inicialmente, a distribuição completa da renda de cada unidade da Federação. Na prática, isso nos permite estimar a renda individual de cada declarante de IRPF em cada estado. Em um segundo momento, mesclamos as bases estaduais e ajustamos as estimativas às obtidas para a base nacional; então, ordenamos e selecionamos os declarantes que estão entre o 1% e o 0,1% mais ricos no Brasil.

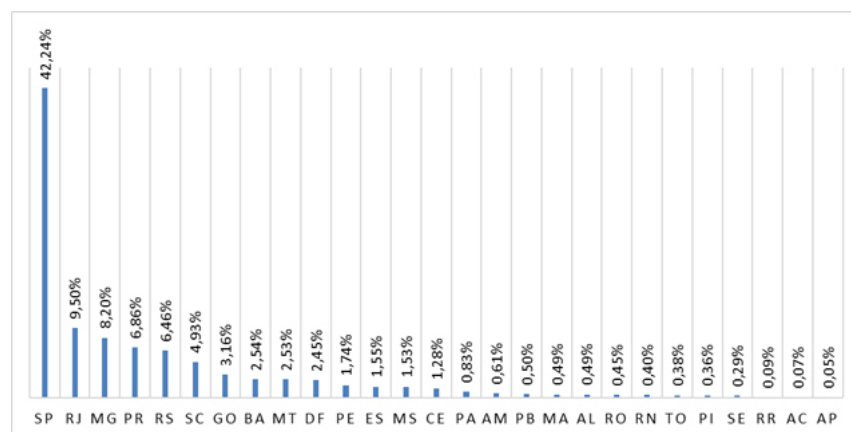
O resultado desse trabalho é apresentado em detalhes nos anexos desta nota técnica (tabelas A1 e A2) e, de forma sintética, nos gráficos a seguir. O gráfico 1, por exemplo, mostra que das 1.601.786 pessoas mais ricas do Brasil (top 1%), 35,6% declaram viver em São Paulo e representam 1,61% da população adulta do estado. O segundo estado com maior percentual de pessoas integrando o 1% mais rico é o Rio de Janeiro, com 11,2%, seguido por Minas Gerais (9,1%) e Rio Grande do Sul (7,0%).

Gráfico 1 – Distribuição do 1% mais rico do país por unidade federada (% do total)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Distribuição do 0,1% mais rico do país por unidade federada (% do total)



Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, a maior renda média entre pessoas que integram o 1% mais rico é verificada em Mato Grosso (R\$ 1,5 milhões anuais), enquanto a menor é a do Amapá (R\$ 677 mil anuais), com uma média nacional de R\$ 1,15 milhões – vide tabela A1 dos anexos.

Pela mesma tabela A1, pode-se ver que o estado com a menor proporção da sua população integrando o topo da pirâmide nacional é o Maranhão, onde apenas 0,21% das pessoas fazem parte do 1% mais ricos do país. Enquanto o Distrito Federal é a unidade federada que, curiosamente, apresenta a maior proporção da população estadual entre os mais ricos: 2,86%.

Isso se explica pela quantidade de servidores de alta renda, que ganham acima de R\$ 30 mil mensais e, com isso, fazem parte do 1% mais rico do país. Cerca de 4% das pessoas que integram o 1% mais rico vivem no Distrito Federal. Em contrapartida, parte expressiva dessa população do DF não chega a ser tão rica para integrar o 0,1% mais rico do Brasil; por isso, o percentual de milionários que vivem no DF cai para 2,45%, como se vê no gráfico 2 e tabela A2.

O oposto ocorre com São Paulo. Pelo menos 42% dos milionários do país são paulistas, proporção superior à verificada para o 1% mais rico. Os demais estados cuja participação no grupo de “milionários” é maior do que no estrato dos “ricos” são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Santa Catarina – vide tabela A2.

Essas unidades da Federação são, como veremos a seguir, exatamente aquelas em que observamos os maiores níveis de concentração de renda do país. Para essa análise, diferentemente da primeira, estimamos a renda do 1% mais rico de cada unidade da Federação separadamente, em 2017 e 2023, e avaliamos tanto seu nível quanto sua variação nesse período.

A renda do 1% mais rico de cada estado foi calculada em proporção de uma estimativa própria que fizemos para a renda disponível das famílias para cada unidade da Federação, cujos resultados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – A renda do 1% mais rico de cada unidade federada

UF	2017		2023		Δ 2017-23 (% RDB)
	Renda média	% RDB	Renda média	% RDB	
AC	306.531	14,3%	437.167	14,4%	0,0%
AL	326.312	18,4%	558.592	20,2%	1,8%
AM	354.894	17,4%	656.245	20,4%	3,0%
AP	289.722	13,5%	439.955	13,5%	0,1%
BA	352.644	19,3%	576.691	20,9%	1,6%
CE	380.387	20,9%	570.908	21,1%	0,2%
DF	963.438	11,2%	1.646.783	13,7%	2,5%
ES	524.304	19,7%	937.240	22,4%	2,7%
GO	519.954	20,4%	1.005.004	25,5%	5,1%
MA	231.106	16,5%	369.553	17,4%	0,9%
MG	535.718	19,4%	993.936	23,3%	3,9%
MS	574.048	17,8%	1.159.684	23,5%	5,7%
MT	609.043	20,3%	1.577.514	30,5%	10,1%
PA	290.379	17,8%	461.560	18,4%	0,7%
PB	318.410	17,4%	520.615	19,6%	2,2%
PE	402.627	19,6%	687.798	22,5%	2,9%
PI	308.954	18,7%	459.613	18,3%	-0,4%
PR	685.725	20,0%	1.329.159	25,1%	5,2%
RJ	811.931	20,2%	1.292.909	22,5%	2,4%
RN	352.736	17,2%	518.458	17,3%	0,1%
RO	391.768	15,9%	758.223	20,7%	4,8%
RR	358.453	14,0%	572.519	17,5%	3,5%
RS	665.314	17,9%	1.252.825	22,3%	4,3%
SC	651.157	18,2%	1.389.171	23,9%	5,7%
SE	374.681	18,4%	594.857	20,0%	1,5%
SP	1.004.447	22,9%	1.884.810	27,1%	4,3%
TO	348.270	17,0%	725.325	21,1%	4,1%
Total	636.762	20,4%	1.162.076	24,3%	3,9%

Fonte: RFB. Elaboração própria.

E essas estimativas revelam que:

1. O nível e a evolução da concentração de renda são bastante distintos no território nacional. Estados do Norte e do Nordeste, em geral, apresentam não apenas menores níveis de concentração, como também menor expansão desse indicador entre 2017 e 2023. Estados de maior PIB per capita, sejam do Sul-Sudeste, sejam do Centro-Oeste, apresentam maiores níveis de concentração e maior expansão desse indicador.

2. A unidade da Federação com o maior nível de concentração de renda atual é Mato Grosso. Nada menos que 30,5% da renda está nas mãos do 1% mais rico da população adulta estadual, sendo esse indicador 10 pontos percentuais superior ao registrado em 2017. Ou seja, em 2017, Mato Grosso estava próximo da média nacional, mas seu indicador de concentração cresceu duas vezes mais do que o nacional nos últimos seis anos.

3. São Paulo, Goiás e Paraná também apresentam índices de concentração superiores à média nacional, entre 25% e 27%, com crescimentos igualmente superiores à média (além de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que ainda apresentam concentração inferior à média, mas com aumento significativo desde 2017).

De modo geral, observa-se que estados mais ricos e com maior presença de milionários ou de atividades do agronegócio tendem a registrar os maiores aumentos da concentração de renda no período recente.

Entre os estados mais ricos, o Rio de Janeiro se destaca por um aumento mais moderado da concentração de renda; não é possível, porém, determinar se isso decorre de fatores econômicos internos ou de eventual processo migratório – mudança de domicílio fiscal por parte de uma parcela dos milionários. Entre os estados que se destacam pela estabilidade do índice de concentração estão Ceará, Rio Grande do Norte, Acre e Amapá.

Na tabela A4, dos anexos, refazemos essa comparação, mas para a renda concentrada pelo 0,1% mais rico de cada unidade federada.

Conclusão

Se o aumento de concentração de renda verificado no Brasil, da ordem de 4 pontos percentuais do bolo no período pós-pandemia, já revela um quadro preocupante, a análise desse fenômeno em termos regionais e estaduais amplifica muito a dimensão do problema, com algumas unidades federadas registrando variações significativamente mais altas nesse indicador.

Embora a natureza da concentração (e de seu enfrentamento) extrapole a dimensão tributária, é preciso que a tributação seja minimamente progressiva (e equitativa, do ponto de vista horizontal) para atenuar a desigualdade e as distorções que emergem dessa situação.

ANEXOS

Tabela A1 – Distribuição estadual das pessoas (e respectivas rendas) que integram o estrato das 1% mais ricas do país (2023)

UF	População adulta total	Nº pessoas que estão entre as 1% mais ricas do Brasil	% da população estadual entre as 1% mais ricas do Brasil	% de pessoas mais ricas da UF no total nacional	Renda das pessoas que estão entre as 1% mais ricas	% da renda dos mais ricos da UF no total nacional	Renda média das pessoas que estão entre as 1% mais ricas
AC	595.153	2.016	0,34%	0,13%	R\$ 1.583.703.543	0,09%	R\$ 785.567
AL	2.334.755	9.873	0,42%	0,62%	R\$ 9.368.629.798	0,50%	R\$ 948.914
AM	2.852.513	11.709	0,41%	0,73%	R\$ 14.004.406.566	0,75%	R\$ 1.196.038
AP	537.313	2.172	0,40%	0,14%	R\$ 1.471.484.852	0,08%	R\$ 677.479
BA	11.224.733	45.727	0,41%	2,85%	R\$ 46.815.584.517	2,52%	R\$ 1.023.806
CE	6.894.582	29.602	0,43%	1,85%	R\$ 28.293.795.742	1,52%	R\$ 955.807
DF	2.251.776	64.323	2,86%	4,02%	R\$ 55.116.351.214	2,97%	R\$ 856.868
ES	3.092.182	28.198	0,91%	1,76%	R\$ 28.028.785.400	1,51%	R\$ 993.999
GO	5.498.559	44.264	0,81%	2,76%	R\$ 51.376.693.576	2,77%	R\$ 1.160.688
MA	4.950.893	10.571	0,21%	0,66%	R\$ 9.831.041.908	0,53%	R\$ 930.001
MG	16.564.140	146.214	0,88%	9,13%	R\$ 156.399.137.017	8,43%	R\$ 1.069.659
MS	2.101.801	21.023	1,00%	1,31%	R\$ 24.077.812.133	1,30%	R\$ 1.145.308
MT	2.741.553	28.345	1,03%	1,77%	R\$ 43.117.519.629	2,32%	R\$ 1.521.168
PA	6.086.730	19.091	0,31%	1,19%	R\$ 17.498.726.536	0,94%	R\$ 916.596
PB	3.083.347	12.753	0,41%	0,80%	R\$ 11.069.225.676	0,60%	R\$ 867.970
PE	7.078.207	34.822	0,49%	2,17%	R\$ 38.066.016.654	2,05%	R\$ 1.093.160
PI	2.508.309	7.986	0,32%	0,50%	R\$ 7.215.684.934	0,39%	R\$ 903.542
PR	8.966.895	104.521	1,17%	6,53%	R\$ 123.311.926.915	6,64%	R\$ 1.179.781
RJ	13.446.078	179.524	1,34%	11,21%	R\$ 190.124.640.942	10,24%	R\$ 1.059.049
RN	2.598.290	12.213	0,47%	0,76%	R\$ 9.349.116.618	0,50%	R\$ 765.505
RO	1.268.470	7.277	0,57%	0,45%	R\$ 7.869.431.544	0,42%	R\$ 1.081.412
RR	458.419	2.149	0,47%	0,13%	R\$ 1.923.181.642	0,10%	R\$ 894.919
RS	8.805.305	112.132	1,27%	7,00%	R\$ 118.471.487.101	6,38%	R\$ 1.056.536
SC	6.102.731	77.850	1,28%	4,86%	R\$ 91.061.284.032	4,91%	R\$ 1.169.702
SE	1.690.181	8.630	0,51%	0,54%	R\$ 7.536.919.107	0,41%	R\$ 873.339
SP	35.317.299	569.168	1,61%	35,53%	R\$ 750.579.406.493	40,45%	R\$ 1.318.731
TO	1.128.419	6.397	0,57%	0,40%	R\$ 6.641.072.605	0,36%	R\$ 1.038.154
EX		3.236		0,20%	R\$ 5.593.373.321	0,30%	R\$ 1.728.484
Total	160.178.633	1.601.786	1,00%	100,00%	R\$ 1.855.796.440.015	100,00%	R\$ 1.158.580

Tabela A2 – Distribuição estadual das pessoas (e respectivas rendas) que integram o estrato das 0,1% mais ricas do país (2023):

UF	População adulta total	Nº pessoas que estão entre as 0,1% mais ricas do Brasil	% da população estadual entre as 0,1% mais ricas do Brasil	% de pessoas mais ricas da UF no total nacional	Renda das pessoas que estão entre as 0,1% mais ricas	% da renda dos mais ricos da UF no total nacional	Renda média das pessoas que estão entre as 0,1% mais ricas
AC	595.153	119	0,02%	0,07%	R\$ 448.434.026	0,05%	R\$ 3.768.353
AL	2.334.755	781	0,03%	0,49%	R\$ 3.927.736.904	0,41%	R\$ 5.029.113
AM	2.852.513	982	0,03%	0,61%	R\$ 7.582.637.070	0,79%	R\$ 7.721.626
AP	537.313	72	0,01%	0,04%	R\$ 317.524.694	0,03%	R\$ 4.410.065
BA	11.224.733	4.063	0,04%	2,54%	R\$ 21.140.064.376	2,21%	R\$ 5.203.068
CE	6.894.582	2.043	0,03%	1,28%	R\$ 12.088.453.008	1,27%	R\$ 5.917.011
DF	2.251.776	3.914	0,17%	2,44%	R\$ 20.441.424.171	2,14%	R\$ 5.222.643
ES	3.092.182	2.482	0,08%	1,55%	R\$ 12.244.505.091	1,28%	R\$ 4.933.322
GO	5.498.559	5.050	0,09%	3,15%	R\$ 26.327.831.745	2,76%	R\$ 5.213.432
MA	4.950.893	785	0,02%	0,49%	R\$ 3.939.301.602	0,41%	R\$ 5.018.219
MG	16.564.140	13.102	0,08%	8,18%	R\$ 73.997.245.299	7,75%	R\$ 5.647.782
MS	2.101.801	2.451	0,12%	1,53%	R\$ 12.112.911.932	1,27%	R\$ 4.942.029
MT	2.741.553	4.043	0,15%	2,52%	R\$ 27.043.781.497	2,83%	R\$ 6.689.038
PA	6.086.730	1.328	0,02%	0,83%	R\$ 7.083.556.695	0,74%	R\$ 5.334.004
PB	3.083.347	804	0,03%	0,50%	R\$ 4.089.438.952	0,43%	R\$ 5.086.367
PE	7.078.207	2.789	0,04%	1,74%	R\$ 18.982.715.777	1,99%	R\$ 6.806.280
PI	2.508.309	574	0,02%	0,36%	R\$ 2.911.134.017	0,30%	R\$ 5.071.662
PR	8.966.895	10.972	0,12%	6,85%	R\$ 63.850.431.887	6,69%	R\$ 5.819.398
RJ	13.446.078	15.180	0,11%	9,48%	R\$ 89.301.890.385	9,35%	R\$ 5.882.865
RN	2.598.290	647	0,02%	0,40%	R\$ 2.683.514.168	0,28%	R\$ 4.147.626
RO	1.268.470	718	0,06%	0,45%	R\$ 3.780.722.902	0,40%	R\$ 5.265.631
RR	458.419	141	0,03%	0,09%	R\$ 688.880.234	0,07%	R\$ 4.885.675
RS	8.805.305	10.321	0,12%	6,44%	R\$ 55.025.472.822	5,76%	R\$ 5.331.409
SC	6.102.731	7.879	0,13%	4,92%	R\$ 46.369.621.474	4,86%	R\$ 5.885.217
SE	1.690.181	470	0,03%	0,29%	R\$ 2.880.876.303	0,30%	R\$ 6.129.524
SP	35.317.299	67.515	0,19%	42,15%	R\$428.796.515.231	44,91%	R\$ 6.351.130
TO	1.128.419	613	0,05%	0,38%	R\$ 3.111.063.746	0,33%	R\$ 5.075.145
EX		341		0,21%	R\$ 3.520.768.325	0,37%	R\$ 10.324.834
Total	160.178.633	160.179	0,10%	100,00%	R\$954.688.454.333	100,00%	R\$ 5.960.135

Tabela A3 – Estimativa de renda disponível bruta das famílias por unidade federada (R\$ milhões)

UF	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
AC	11.455	11.824	12.472	14.689	14.246	16.387	18.123
AL	39.401	40.294	43.457	49.945	50.692	57.833	64.721
AM	51.840	56.091	59.944	69.546	69.107	81.074	91.730
AP	10.460	11.079	11.982	13.872	13.217	15.661	17.451
BA	193.763	201.331	218.177	242.681	235.838	276.780	309.632
CE	117.665	119.391	129.181	145.098	142.644	163.741	186.703
DF	178.686	188.743	195.987	207.171	214.385	246.992	270.673
ES	77.025	80.382	86.451	93.141	101.301	116.094	129.224
GO	127.413	131.149	142.540	158.310	167.801	199.338	216.866
MA	64.459	67.651	72.310	90.460	82.860	94.238	104.997
MG	431.843	444.078	476.164	519.231	548.528	637.762	706.710
MS	62.397	64.805	71.326	78.761	83.055	97.573	103.620
MT	73.263	78.815	86.829	97.381	108.882	127.999	141.928
PA	90.235	93.054	101.541	121.914	116.244	135.265	152.359
PB	52.566	53.402	58.280	65.619	62.904	72.856	81.945
PE	136.905	140.078	150.338	165.588	163.200	191.567	216.361
PI	38.688	39.763	43.772	51.508	47.970	56.926	62.942
PR	288.499	301.573	320.524	348.255	373.415	430.137	474.638
RJ	525.673	524.628	559.191	584.705	601.279	685.999	771.332
RN	50.358	50.850	55.342	62.057	59.981	71.053	77.732
RO	29.322	30.288	32.385	35.864	36.701	42.296	46.550
RR	9.124	9.270	10.269	11.770	11.797	13.809	14.998
RS	316.961	326.579	348.974	363.147	396.360	449.856	495.652
SC	194.229	204.351	223.910	238.107	272.365	315.304	354.252
SE	32.035	32.332	35.833	39.421	38.467	44.890	50.364
SP	1.478.663	1.593.495	1.664.311	1.727.554	1.889.826	2.184.946	2.452.896
TO	21.303	22.884	25.002	29.389	29.126	34.556	38.743
Total	4.704.231	4.918.180	5.236.490	5.625.181	5.932.192	6.860.933	7.653.139

A renda disponível das famílias foi estimada a partir da série de RDB do IBGE até 2021 e Banco central de 2022 a 2023, com sua distribuição por unidade federada feita por meio de uma proxy construída a partir dos valores regionalizados de uma série de agregados que compõem a renda das famílias: os salários das Contas Regionais, os benefícios assistenciais e sociais pagos pela União, as aposentadorias e pensões dos servidores públicos e as rendas de propriedade extraídas da base do IRPF.

Tabela A4 – Renda do 0,1% mais rico de cada unidade federada

UF	2017		2023		Δ 2017-23 (% RDB)
	Renda média	% RDB	Renda média	% RDB	
AC	1.019.168	4,8%	1.546.220	5,1%	0,3%
AL	1.195.562	6,7%	2.403.561	8,7%	1,9%
AM	1.378.627	6,8%	3.381.422	10,5%	3,8%
AP	795.480	3,7%	1.363.353	4,2%	0,5%
BA	1.359.989	7,5%	2.605.408	9,4%	2,0%
CE	1.605.392	8,8%	2.503.938	9,2%	0,4%
DF	3.688.281	4,3%	7.688.458	6,4%	2,1%
ES	2.081.741	7,8%	4.260.692	10,2%	2,4%
GO	2.321.527	9,1%	4.942.460	12,5%	3,4%
MA	802.281	5,7%	1.486.532	7,0%	1,3%
MG	2.252.821	8,2%	4.824.601	11,3%	3,1%
MS	2.292.825	7,1%	5.541.447	11,2%	4,1%
MT	2.892.952	9,7%	9.029.198	17,4%	7,8%
PA	1.081.419	6,6%	1.902.843	7,6%	1,0%
PB	1.076.719	5,9%	2.067.381	7,8%	1,9%
PE	1.645.326	8,0%	3.396.714	11,1%	3,1%
PI	1.181.349	7,2%	1.885.663	7,5%	0,3%
PR	3.051.135	8,9%	6.800.859	12,8%	4,0%
RJ	3.565.432	8,9%	6.457.103	11,3%	2,4%
RN	1.105.190	5,4%	1.812.859	6,1%	0,7%
RO	1.479.360	6,0%	3.588.582	9,8%	3,8%
RR	1.153.188	4,5%	2.324.490	7,1%	2,6%
RS	2.758.893	7,4%	6.005.672	10,7%	3,2%
SC	2.780.457	7,8%	7.088.065	12,2%	4,4%
SE	1.241.212	6,1%	2.476.084	8,3%	2,2%
SP	4.909.053	11,2%	10.304.069	14,8%	3,7%
TO	1.246.782	6,1%	3.364.887	9,8%	3,7%
Total	2.856.556	9,1%	5.981.746	12,5%	3,4%

Deixar Comentário

Seu nome

Comentário *

Veja também



• [O que há por trás do debate em torno do imposto seletivo e da seletividade?](#)
dez 2025



• [Concentração de renda no Brasil: atualização com base nos dados do IRPF até 2023 \(I\)](#)
dez 2025



• [Concentração de renda e reforma do IRPF: novas evidências](#)
mai 2025



Copyright 2017

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getúlio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV.
Portaria FGV N°19/2018